

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4T18

SENHORES ACIONISTAS,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O saldo de Recebíveis Imobiliários em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 22.831 mil, comparados a R\$ 27.066 mil em 31 de dezembro de 2017.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 4.876.899 mil, comparados a R\$ 7.540.963 mil em 31 de dezembro de 2017, sendo que os respectivos

Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 4.953.841 mil em 31 de dezembro de 2018 comparados a R\$ 7.540.963 mil em 31 de dezembro de 2017. Os resultados líquidos estão apresentados abaixo em R\$ mil:

	4T18	4T17	2018	2017
	<u>2.043</u>	<u>11.293</u>	<u>1.819</u>	<u>9.762</u>

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 221.899 mil e R\$ 230.765 mil de total de Ativos.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Anuais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do exercício social de 2016, pela BDO RCS Auditores Independentes ("BDO"). De acordo com o teor da

Instrução CVM nº 381, a Brazilian Securities, no trimestre e no ano não contratou e nem teve serviços prestados pela BDO não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente. São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.327	4.175	Passivos financeiros a custo amortizado		-	4.215
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	22.854	Recursos de emissão de títulos	12	-	4.215
Instrumentos de dívida	6	-	22.854	Provisões		2.438	2.102
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		178.517	159.798	Provisões para passivos contingentes	13	2.438	2.102
Instrumentos de dívida	6	146.732	114.171	Passivos fiscais	14	1.139	1.226
Recebíveis imobiliários	7	22.831	31.076	Correntes		700	922
Benefício residual em operações securitizadas	29.a	7.495	11.214	Diferidos		439	304
Outros ativos financeiros	8	1.459	3.337	Outros passivos	15	5.289	8.303
Ativos não correntes mantidos para venda	9	9.945	9.466	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
IMPOSTOS		37.699	37.037	Capital social	16	174.201	174.201
A compensar		33.968	33.015	Reservas de capital		17.048	17.048
Diferidos	10.b	3.731	4.022	Reservas de lucros		34.622	33.235
Outros ativos	11	1.277	2.878	Outros resultados abrangentes		-	(150)
TOTAL DO ATIVO		230.765	236.208	Ágio em transações de capital		(3.972)	(3.972)
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		221.899	220.362
				TOTAL DO PASSIVO		230.765	236.208

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	2.704	14.791
AJUSTE PARA RECONCILIAR O LUCRO AO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Reversão) para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	(53)	(1.070)
Perdas (Ganhos) na venda de ativos não correntes mantidos para venda	39	198
Perda por <i>impairment</i>	244	728
Perdas (ganhos) com ativos e passivos financeiros	47	10.618
Perda por redução ao valor recuperável	3.650	2.987
Constituição/(Reversão) de provisão para contingências	1.050	1.609
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	7.681	29.861
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		
(Aumento)/Redução em ativos financeiros	(9.406)	(18.570)
(Aumento)/Redução de recebíveis imobiliários	4.595	2.173
Redução/(Aumento) de benefício residual em operações securitizadas	3.719	(8.287)
Redução/(Aumento) de outros ativos financeiros	1.878	(552)
(Aumento) em impostos ativos	(953)	(2.554)
Redução de outros ativos	845	3.283
(Redução)/Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	(4.215)	(3.398)
(Redução)/Aumento em passivos financeiros	-	(27.083)
(Redução) de passivos fiscais	(641)	(4.080)
(Redução) de outros passivos	(1.900)	(10.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(118)	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) (NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.485	(39.549)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Alienação/(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	24.138	115.508
Alienação/(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(24.211)	59.498
CAIXA LÍQUIDO (USADO) PROVENIENTE (NAS) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(73)	175.006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos/propostos	(2.260)	-
Redução de obrigações por empréstimos	-	(134.101)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.260)	(134.101)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(848)	1.356
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.175	2.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.327	4.175
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	441	(25.570)
Juros recebidos	2.398	65.372

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

RESULTADO COM JUROS E SIMILARES	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
- Receitas com juros e similares	17	13.048	27.392
- Despesas com juros e similares		13.488	44.429
Perda por redução ao valor recuperável		(440)	(17.037)
Benefício residual em operações securitizadas		(3.650)	(2.987)
Perdas com ativos e passivos financeiros	18	4.199	17.087
Receita de prestação de serviços	20	(47)	(10.618)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	19	375	1.011
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		13.925	31.885
- Despesas com pessoal	21	(1.241)	(3.617)
- Outras despesas administrativas	22	(11.039)	(10.623)
Despesas tributárias	23	(3.952)	(5.938)
Provisões (líquidas)	24	(1.050)	(1.609)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	6.048	5.099
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		13	(406)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		2.704	14.791
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.a	(885)	(5.029)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(536)	(536)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(349)	(5.029)
LUCRO LÍQUIDO		1.819	9.762
Lucro básico e diluído por ações ordinárias		0,02336	0,12532

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas para expansão	Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ágio em transações de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	174.201	17.048	8.106	21.218	70	(3.972)	-	216.671
Mudança na adoção inicial do IFRS 9	-	-	-	(3.591)	3.870	-	-	279
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2017	174.201	17.048	8.106	17.627	3.940	(3.972)	-	216.950
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.762	9.762
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(4.090)	-	-	(4.090)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(4.090)	-	9.762	5.672
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES:								
Reserva de lucros	-	-	476	7.026	-	-	(7.502)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(2.260)	(2.260)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	174.201	17.048	8.582	24.653	(150)	(3.972)	-	220.362
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	174.201	17.048	8.582	24.653	(150)	(3.972)	-	220.362
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	1.819	1.819
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	150
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	1.819	1.969
DESTINAÇÕES:								
Reserva de lucros	-	-	91	1.296	-	-	(1.387)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(432)	(432)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	174.201	17.048	8.673	25.949	-	(3.972)	-	221.899

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO	1.819	9.762
ITENS QUE SERÃO SUBSEQUENTEMENTE LANÇADOS AO RESULTADO	150	(4.090)
Ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	228	(4.204)
Efeito tributário	(78)	114
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	1.969	5.672
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	1.969	5.672

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

RECEITAS	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida com juros	18.937	34.969
Receita líquida com juros	13.048	27.392
Benefício residual em operações securitizadas	4.199	17.087
Perda por redução ao valor recuperável	(3.650)	(2.987)
Prestação de serviços	375	1.011
(Perdas) Ganhos com ativos e passivos financeiros	(47)	(10.618)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	13	(406)
Outras	4.999	3.490
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.039)	(10.623)
Serviços de terceiros	(6.979)	(4.845)
Outras	(4.060)	(5.778)
Propaganda, publicidade, publicações	(321)	(406)
Serviços do sistema financeiro	(749)	(1.431)
Condomínios	(833)	(1.642)
Processamento de dados	(161)	(593)
Cartório - Taxas e emolumentos	(805)	(1.204)
Outras	(1.191)	(502)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	7.898	24.346
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	7.898	24.346
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.898	24.346
Pessoal	1.087	3.096
Remuneração direta	839	2.460
Benefícios	180	412
FGTS	68	224
Impostos, taxas e contribuições	4.992	11.488
Federais	2.206	8.144
Municipais	2.786	3.344
Remuneração de capitais próprios	1.819	9.762
Lucro líquido	1.819	9.762

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de R\$, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco Pan S.A., tem como objetivo social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio e, securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs.

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura corporativa única do Banco PAN que prevê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e controles, operacional, comercial, administrativo, financeira e legal necessária à realização das suas diversas atividades no ramo imobiliário. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Brazilian Securities Companhia de Securitização foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards) - "IFRS", implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 01/02/2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base, além das normas internacionais vigentes até 31/12/2018, em novas normas e interpretações aplicáveis que entraram em vigor a partir de 01/01/2018. São elas:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

Norma emitida na sua versão final em 24/07/14 e aprovada pelo *International Standard Accounting Standard Board* (IASB), em substituição ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros, estabelecendo novas regras de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável (*impairment*) e *hedge accounting*.

CPC 47 - Receita de contrato com cliente:

Consiste no princípio básico de reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação que se espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

• Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, intermediário, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: objetivo que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

• Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento. No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

• Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;

ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;

iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, em natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e

iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

• Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;

ii. Passivos financeiros que surjam a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

iii. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47;

iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido;

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

• Mensuração dos ativos financeiros

i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do exercício.

• Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

• Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

• Ativos financeiros:

- Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

- A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

- A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a uma terceira e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

• Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Provisão ao valor recuperável:

A redução para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não foram possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses - corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) Hedge accounting:

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações contábeis, do efeito da gestão de *Riscos* que tangem à utilização de instrumentos financeiros para gestão dos exposições que afetam os resultados da entidade.

h) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

i) Demonstrações dos fluxos de caixa:

- Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:
- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;
- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferior a noventa dias foram classificadas como "caixa e equivalentes de caixa".

j) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 16.

k) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

- A Companhia elabura estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:
- **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo e também, nas informações e provisões que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, contudo, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3b e 3c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";
- **Constituição de créditos tributários:** De acordo com as informações divulgadas na nota 3h, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízo fiscal na extensão de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na medida em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações;
- **Baixa de ativos financeiros:** de acordo com a informação divulgada na nota 7.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

l) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelo Órgão da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELA IASB:

i. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/12/2018

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - este normativo visa substituir o CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo lógico de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Efeito a partir de 01/01/2018. A adoção da norma foi aplicada retrospectivamente, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros. Os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidos em lucros acumulados líquidos de créditos tributários.

A seguir, apresentaremos as alterações nas classificações dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 para a data base de 31/12/2018. Além disso, apresentaremos as conciliações de Patrimônio Líquido, Reservas e Resultado:

Classificação de Ativos Financeiros na Adoção Inicial do CPC 48

Classificação original de acordo com o CPC 38	Saldo original de acordo com o CPC 38	Reclassificações	Remensurações	Saldo de acordo com o CPC 48	Classificação de acordo com o CPC 48
Empréstimos e recebíveis	39.481	39.481	(5.068)	34.413	Custo amortizado
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	22.854	22.854	-	22.854	Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Investimentos mantidos até o vencimento	114.171	114.171	-	114.171	Custo amortizado

Conciliação do Patrimônio Líquido

	31/12/2017	01/01/2017
De acordo com o CPC 38	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	223.707	9.515
Redução ao valor recuperável (1)	(5.068)	374
Impostos diferidos sobre os ajustes	1.723	(127)
De acordo com o CPC 48	220.362	9.762
(1) Remensuração em função do reconhecimento de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.		216.950
Conciliação do Patrimônio Líquido - Reservas de Lucros		
Saldo publicado originalmente - CPC 38		36.580
Remensuração da provisão e Mensuração e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; anteriormente classificados como Empréstimos e Recebíveis de acordo com o CPC 38		(3.345)
Saldo ajustado - CPC 48		33.235

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários	3.327	4.175
Total	3.327	4.175

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	22.854
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	114.171	22.854
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	146.732	114.171
Certificado de Depósito Bancário - CDB	144.346	111.965
Certificado de Depósito Bancário - CDB (1)	2.386	2.206
Total	146.732	137.025

(1) Inclui, em 31/12/2018, R\$ 9 (31/12/2017 - R\$ 8) depositados a título de seguro caução na aquisição de recebíveis, R\$ 2.377 (31/12/2017 - R\$ 2.198) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências.

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
Até 360 dias	1.520	3.612
Acima de 360 dias	145.530	133.413
Total	146.732	137.025

c) Variações:

"Instrumentos de dívida - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes":

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do exercício	22.854	134.015
Adições (alienações) líquidas (1)	(24.138)	(115.508)
Ajuste a valor de mercado	228	(5.150)
Juros	1.056	8.170
Ágio/Deságio	-	1.327
Saldo do fim do exercício	-	22.854

(1) Certificados de Recebíveis Imobiliários liquidados em junho/18.

"Instrumentos de dívida - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado":

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do exercício	114.171	159.780
Adições (alienações) líquidas	24.211	(59.498)
Juros	6.350	13.899
Saldo do fim do exercício	146.732	114.171

7) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

a) Composição:

Compreendem carteiras de recebíveis imobiliários adquiridos pela BS, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Ativos financeiros em custo amortizado	Vencimento final	Indexadores	Juros % ao ano	31/12/2018	31/12/2017 (1)
Tranches 95 e 96 (2)	01/05/2023	TR	8,65%	-	4.010
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI - BS (3)	15/11/2034	INCC/IGPM/Poupança/CDI e sem Correção Monetária	0,00% até 14,24%	22.831	27.066
Total				22.831	31.076

(1) As estimativas de perdas de acordo com o CPC 38 foram remensuradas no montante de R\$ (5.0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

20) PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As perdas com ativos e passivos financeiros (que não são instrumento de patrimônio) são compostas de resultados na alienação e ajustes de avaliação ao valor justo dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos. O saldo dessa rubrica está demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado com vendas de derivativos - Swap	-	(10.780)
Resultado com operação de ativos financeiros - Swaps	(47)	162
Total	(47)	(10.618)

21) DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	-	1.168
Proventos	839	1.292
Encargos Sociais	222	745
Benefícios	180	412
Total	1.241	3.617

22) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2018	31/12/2017
Relatórios técnicos	5.968	3.855
Serviços do sistema financeiro	749	1.431
Aluguéis e condomínios	833	1.642
Cartório - Taxas e emolumentos	805	1.204
Serviços de terceiros	1.011	990
Processamento de dados	161	593
Propaganda, publicidade, publicações	321	406
Imóveis retomados	820	333
Outras	371	169
Total	11.039	10.623

23) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2018	31/12/2017
IPTU / ITBI	2.756	3.293
COFINS	850	1.921
Outros tributos federais	178	361
PIS	138	312
ISS	30	51
Total	3.952	5.938

24) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/12/2018	31/12/2017
Riscos tributários / fiscais	7	5
Riscos trabalhistas	-	(382)
Riscos cíveis	(1.057)	(1.232)
Total	(1.050)	(1.609)

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Variações monetárias ativas	1.862	3.594
Reembolso de despesas	1.986	1.525
Demais (despesas) receitas operacionais	2.200	(20)
Total	6.048	5.099

26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas por terceiros, vigentes nas datas das operações.

			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades						
Caixa Econômica Federal	Controladora indireta	Sem prazo	766	1.150	-	-
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	3	8	-	-
Total			769	1.158		
Certificados de depósito bancário - CDB						
Banco PAN	Controlador direto	13/12/2021	143.918	111.562	8.183	8.786
Total			143.918	111.562	8.183	8.786
Letras de crédito imobiliário - LCI						
Banco PAN	Controlador direto	-	-	-	-	3.667
Total						3.667
Valores a receber						
Banco PAN	Controlador direto	-	192	301	-	-
Total			192	301		
Dividendos a pagar						
Banco PAN	Controlador direto	-	(432)	(2.260)	-	-
Total			(432)	(2.260)		
Instrumentos financeiros derivativos						
Banco PAN	Controlador direto	-	-	-	-	(10.780)
Total						(10.780)
Cessão de crédito (1)						
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	(824)	(1.136)	-	-
Total			(824)	(1.136)		
Valores a pagar						
Banco PAN	Controlador direto	-	-	(127)	-	-
Total				(127)		

(1) Referem-se substancialmente a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito cedidas ao Banco PAN, valores estes que serão repassados em janeiro de 2019.

27) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração, é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

Gestão do Capital

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos de longo prazo e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas a oscilação de taxas, descontos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, delidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações devedoras com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2018

Fatores de Risco	Carteira Trading e Banking		Cenários		
	Exposições sujeitas à variação:		(I)	(II)	(III)
	Provável	Possível	Remoto		
Taxas de Juros (Pré)	-	(1)	(3)		
Cupom de Índices de Preços	(5)	(488)	(943)		
Cupom de Outras Taxas de Juros	-	(8)	(16)		
Total em 31/12/2018	(5)	(497)	(962)		
Total em 31/12/2017	(18)	(2.756)	(5.512)		

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2018, sendo considerados sempre o impacto negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças e ocasionam, por efeito de mercado, considerável como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resolução nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Exposição ao risco de liquidez

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como o correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:						
Títulos e valores mobiliários	-	1.325	179.844	-	-	181.169
Recebíveis imobiliários	690	2.342	5.041	4.200	7.547	19.820
Total	690	3.667	184.885	4.200	7.547	200.999

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2018, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação.

Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de não cumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estando sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

28) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

29) INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs:

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	9.835	9.678
Aplicações financeiras	38.683	57.764
Recebíveis imobiliários	4.876.899	7.540.963
Outros Ativos	68.749	62.056
Total do Ativo	4.994.166	7.670.461
Certificados de Recebíveis Imobiliários (1)	4.953.841	7.615.340
Outros passivos	32.830	43.907
Total do Passivo	4.986.671	7.659.247
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	7.495	11.214

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adição de taxas de juros que variam de 1,0% ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2017 - 1,5% ao ano a 77,50% ao ano) e também são atualizados por 95,00% a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 2,50% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs:

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	5	5
Aplicações financeiras	55	21
Recebíveis do agronegócio	752.397	707.102
Total do Ativo	752.457	707.128
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (1)	752.397	707.102
Outros passivos	60	26
Total do Passivo	752.457	707.128
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	-	-

(1) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados entre 98% a 100% do CDI, com vencimento até 14/03/2023; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis do agronegócio.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019

A DIRETORIA

CONTADOR - Gregório Moreira Franco - CRC 1SP219426/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Brazilian Securities Companhia de Securitização
São Paulo - SP

Objetivo
Examinamos as demonstrações contábeis da **Brazilian Securities Companhia de Securitização** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis, contendo as referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Brazilian Securities Companhia de Securitização** em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Tais responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis imobiliários

No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários aos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"). Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam os referidos recebíveis imobiliários e os CRIs correspondentes, que são veiculados no regime fiduciário e, em sua maioria, sem coobrigação. Não obstante, a Companhia também efetua o gerenciamento desses ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações com o agente fiduciário.

Neste sentido, considerando a atividade fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes dessas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

- Leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações contábeis;
- Verificação da custódia dos CRIs emitidos;
- Recálculo dos juros e confronto com os montantes registrados durante o exercício;
- Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a